

SESSÕES DO PLENÁRIO

30ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 4 de abril de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Fontes. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIO

Do Deputado Marquinho Viana comunicando que, esteve ausente nas Sessões dos dias 28 e 29/03/2023, participando da “XXIV Marcha à Brasília em Defesa dos Prefeitos”, e buscando programas, ações e recursos nos Ministérios e Órgãos do Governo Federal para investimentos nos municípios que representa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado... Visivelmente não estão presentes alguns deputados. O Deputado Diego está na área? (Silêncio) Deputado Hassan! Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Hassan.

O Sr. HASSAN: Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, nobres colegas deputados, deputadas, boa tarde a todos os profissionais da imprensa que nos acompanham neste momento através da *TV ALBA*.

Sr. Presidente, tivemos na semana passada uma semana de muito trabalho em defesa dos interesses dos municípios baianos que estiveram, em Brasília, na Marcha dos Prefeitos, uma marcha com causas prioritárias do movimento municipalista. Ali também estivemos presentes, participando, pressionando a nossa bancada baiana para que pudesse apoiar a aprovação da PEC 14/2022, que propõe a redução pela metade do INSS patronal, assegurando o equilíbrio fiscal dos municípios e, com isso, a condição de governabilidade.

Nós, que estivemos ali com a comitiva dos prefeitos, prefeitas na 24ª Marcha dos Prefeitos, em Brasília, reiteramos o nosso apoio pela tramitação e aprovação da PEC 14/2022. Aproveitamos para parabenizar os gestores da nova diretoria e a equipe técnica da União dos Municípios da Bahia, que fizeram um brilhante encontro, com estande, na marcha, pelo trabalho realizado durante toda a marcha. E parabenizando na pessoa do prefeito Quinho, que deu sequência ao trabalho que estava sendo desenvolvido naquela entidade pelo nosso querido prefeito Zé Cocá.

Também durante a nossa estadia em Brasília, presidente, nos reunimos com os deputados da bancada baiana, buscando apoio para a aprovação dessa importante PEC que, com certeza, ajudará bastante aos municípios em relação à sua governabilidade.

Estivemos no jantar também. Nos juntamos, os deputados estaduais que ali estiveram presentes, aos deputados federais e senadores baianos e participamos dessa importante reunião com a bancada baiana e novamente nos colocamos à disposição para lutarmos. E ali tivemos importantes adesões, falas dos senadores, compromissos firmados em defesa da aprovação da PEC 14/2022.

Sabendo da importância da duplicação da BR-116, estivemos também em audiência com o secretário Especial de Assuntos Federativos, André Siciliano, e com a Dr.^a Elisa Pelegrini, e fizemos o apelo para que o ministro da Casa Civil possa envidar esforços no sentido de buscarmos junto ao Ministério da Infraestrutura, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres esforços no sentido de resolver o imbróglio com a concessionária Via Bahia e, portanto, a gente possa ter definitivamente a sequência das obras.

E hoje isso foi assunto na Comissão de Infraestrutura, em que esteve presente o presidente da Via Bahia, Bartolomeu, que disse que está em tratativas com a agência nacional e que já tem previsão de que no 2º semestre, acontecendo o reequilíbrio do contrato, poderá dar sequência às obras previstas em contrato e, assim, a duplicação da BR-116.

Domingo também participamos da marcha em prol do Dia Mundial de Conscientização Sobre o Autismo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. HASSAN: (...) e ali nós estivemos presentes. E já confirmamos na Comissão de Saúde a audiência pública no próximo dia 27 de abril, uma audiência pública em que traremos a nossa indicação ao governo do estado para a implantação de um centro de excelência de neurodesenvolvimento; e trataremos de todos os assuntos referentes ao tratamento...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. HASSAN: (...) de neurodesenvolvimento,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. HASSAN: (...) como tem aqui o tratamento para o espectro autista.

Muito obrigado. Deus abençoe e boa tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan. Vai usar, Alan? (Silêncio)

Com a palavra o deputado Júnior Nascimento.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Sr. Presidente, companheiros deputados aqui presentes, eu uso da fala neste Pequeno Expediente para me congratular com os edis desta Casa que desde ontem têm levantado, defendido a bandeira do autismo. E é uma bandeira que eu tenho buscado defender, deputado Manuel Rocha, V. Ex.^a que é autor de uma proposição que está tramitando. Inclusive, tive a oportunidade de relatá-la e já emiti o parecer pela aprovação. Estaremos na CCJ na próxima reunião, deliberando também sobre matérias voltadas a um suporte maior para os pais e para os portadores do autismo.

E assim como eu observava no dia de ontem diversos parlamentares – no próprio dia 2, que foi um dia de domingo, com diversas caminhadas em alusão ao 2 de abril –, nós também estamos engajados nessa bandeira desde quando eu era vereador no município de Campo Formoso. Tenho a alegria de dizer que todos os projetos que, hoje, são leis daquele município voltadas ao autismo foram da minha autoria. E estarei buscando, junto com os colegas, dar celeridade naqueles projetos já protocolados por outros edis durante a sua tramitação. E também estarei apresentando outros projetos voltados para os autistas, voltados para uma inclusão social, que é uma das bandeiras

que nós defendemos, uma política inclusiva, uma política de inclusão social, fomentando oportunidades às pessoas que mais necessitam. E a gente pede a parceria e o incentivo do governo do estado para que atenda às demandas dos projetos de leis apresentados por esses deputados que, sem sombra de dúvida, estarão trazendo à nossa Bahia uma política pública mais inclusiva.

Então, neste Pequeno Expediente, me reporto para fazer minhas as palavras dos deputados que aqui já levantaram essa bandeira, e dizer que estaremos engajados, Situação e Oposição, em busca de uma política inclusiva em nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Colegas deputados, deputadas, os que nos assistem pela TV ALBA e pelas mídias, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna no Pequeno Expediente para relatar a minha participação em dois eventos na semana passada. No dia 29 de março eu estive na abertura da Conferência Municipal de Saúde, em Vitória da Conquista, com a presença de dezenas de delegados, de delegadas, de conselheiros e conselheiras para discutir os rumos da saúde no Brasil, já que a conferência municipal vai trazer os delegados para o estado e também para a União, para a conferência nacional.

Mas, de fato, lá foi um debate em que ouvimos relatos dos prestadores de serviços e dos usuários sobre o SUS. E na quinta-feira... ou melhor, isso foi na quarta-feira.

Na sexta-feira, eu participei da abertura do curso de pós-graduação no Instituto de Saúde Coletiva, no campus da Ufba em Vitória da Conquista, com a presença do professor Márcio, do professor Patrício, que é o coordenador da Pós-graduação em Saúde Coletiva, e da Dr.^a Isabel, do Ministério da Saúde e também da Ufba.

E nesses dois eventos, Sr. Presidente, ficou muito claro que o nosso sistema público de saúde precisa ser fortalecido depois de 6 anos de governos golpistas que destruíram o que nós construímos ao longo de décadas. E eu digo nós, no coletivo bem ampliado – bem me permitam aqui a redundância –, porque não fomos só nós do PT que construímos, foi o movimento sanitário brasileiro que colocou na Constituição de 88 e depois nos anos 90. Mas, de fato, em Vitória da Conquista eu diria que foi um nós restrito, porque fomos nós, do Partido dos Trabalhadores, na gestão do ex-prefeito Guilherme e em nossa gestão, que ali estruturamos um sistema público de saúde que se tornou referência nacional e até internacional.

Ali nós construímos uma rede de atenção básica à saúde, ali nós construímos instituições voltadas para a atenção especializada de média e de alta complexidade. E,

lamentavelmente, o que ouvimos, hoje, no dia a dia de Vitória da Conquista é um total abandono. As unidades de saúde na zona rural estão sem médicos; na zona urbana, praticamente não há medicação; e a atenção especializada, praticamente quem mantém é o estado.

Inclusive, o Hospital Esaú Matos, que é uma referência em hospital pediátrico e neonatal, que fomos nós que implantamos, nós que construímos, está precisando da ajuda do estado. E quero parabenizar a Dr.^a Roberta, a nossa secretária da Saúde, que mandou uma equipe para Vitória da Conquista para examinar, fazer um diagnóstico, para ver como o estado vai ajudar a saúde pública do município.

Para além do que nós temos feito, eu e o deputado federal Waldenor Pereira, colocando milhões de reais na saúde pública de Vitória da Conquista e da região. O Hospital de Base nós conseguimos equipar, a UPA, a policlínica, o novo Hospital Afrânio Peixoto, que é um hospital voltado para cirurgias ortopédicas, mas também outras cirurgias eletivas, todos esses órgãos contaram com a nossa colaboração, com os recursos do governo federal, através de emendas do deputado federal Waldenor Pereira e deste deputado. E também na Ufba, que nós ajudamos a construir.

Por isso, Sr. Presidente, foram dois eventos importantíssimos. Por isso que nós queremos reafirmar o nosso compromisso com um SUS de qualidade, que atenda ao povo cada vez mais. E os nobres deputados que aqui criticam, muitas vezes, a regulação, que venham defender o SUS porque o SUS precisa de recursos, de equipamentos, sobretudo O governo Lula vai reconstruir, eu tenho a absoluta certeza.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar todos os conselheiros municipais de Vitória da Conquista e o professor Patrício e o professor Márcio por esses dois grandes eventos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Fabrício. Vai falar, Fabrício? Deputado Leandro de Jesus. Já foi. Demorou. Com a palavra o deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, venho aqui, nesta tribuna, neste momento, para informar, Sr. Presidente, que na semana passada estive presente em Brasília, participando da 24^a Marcha dos Prefeitos, marcha municipalista, ao lado de muitos prefeitos que foram, deputado Angelo Filho, participar da marcha em busca de melhorias para os seus municípios. Deputado Manuel Rocha, ex-prefeito, sabe da importância da causa municipalista e sabe da importância de diversos temas que foram debatidos. Tive a oportunidade também de visitar o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, ao lado de muitos prefeitos, que levaram as suas demandas. E a gente vê muitos prefeitos preocupados

com o desenvolvimento das suas cidades. Hoje também, Sr. Presidente, tenho a honra de apresentar, deputado Marquinho Viana, o meu primeiro projeto de lei, o qual, se aprovado, deputado Hassan, obriga as empresas de transportes intermunicipais a terem o assento reservado para crianças de colo e para crianças, com o assento e o bebê conforto, para dar mais tranquilidade nas viagens, deputado Junior Nascimento, àquelas pessoas que precisam se locomover entre as cidades. Eu acredito muito na força do trabalho, acredito muito na articulação e que esse projeto em breve será votado na Comissão de Constituição e Justiça e estará indo a plenário, porque estamos aqui cumprindo a nossa missão parlamentar de defender os nossos eleitores e defender os nossos pensamentos, a nossa região do estado da Bahia e dizer a todos que estamos aqui cumprindo nossa missão, estamos aqui cumprindo nosso papel como deputado estadual da Bahia, que é trabalhar cada vez mais para ajudar no desenvolvimento dessas cidades. Louvar, aqui, hoje, o deputado Leandro de Jesus por sua iniciativa de apresentar uma CPI para investigar diversas invasões de terras que estão sendo feitas de maneira irregular, em que estão usando da força para tomar as propriedades produtivas do nosso estado – e é também iniciativa do deputado Diego Castro –, porque é obrigação nossa estar perto desses problemas para poder defender o nosso estado da Bahia. O nosso estado da Bahia que vem se destacando com o agronegócio, sendo, deputado Marquinho Viana, que o nosso estado está cada vez mais pujante através do agronegócio. E acredito, deputado Junior, que o agronegócio vai ser a mola propulsora do desenvolvimento do nosso estado. É o que eu tinha para falar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Fabrício.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, meu boa tarde.

Primeiro, eu quero parabenizar o município de Correntina por ter completado 85 anos de existência, um dos maiores produtores agrícolas da Bahia e do Brasil, grande produtor de milho, soja, algodão, agora, até cacau. No município, eu tenho a alcunha, lá, de falar, pois eu sou empregado daquele povo. É uma cidade administrada por um grande prefeito, o Maguila, repito, grande prefeito, que ama o povo daquele município.

Correntina, por um tempo, era governada só para os grandes produtores. Depois de Maguila, a cidade continua a ser governada para os grandes agricultores, mas, também, para o pequeno agricultor, que produz grande parte da alimentação para o nosso povo baiano.

Então, gostaria de parabenizar aquele povo que eu amo tanto. Estive lá, nas quarta e quinta-feiras, durante os festejos da cidade. Participei de cursos e ações naquele município. Então, saudar o povo de Correntina na pessoa do seu prefeito

Maguila, dos vereadores Arthur, Selênio e Miltão, a quem eu desejo sempre boas-vindas e boas-novas, para cuidar daquele povo.

Mas, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, hoje, tivemos uma grande reunião da Comissão de Infraestrutura, na qual eu participei, com a direção da Via Bahia. Ali, o presidente da Via Bahia, o Sr. José Bartolomeu, esteve presente. Eu fui até muito educado com ele, porque isso foi pedido do Sr. Presidente da Comissão, Eduardo Salles.

Mas a Via Bahia, ela é a via da vergonha. O povo da Bahia não merece a concessionária Via Bahia que, hoje, pertence a um fundo de investidores de funcionários do Canadá, e recebe bilhões e bilhões do povo baiano. Segundo eles, no ano de 2022, eles receberam R\$ 360 milhões. Mas, nas nossas contas, até conversando com o empresário José Maria Caires, lá, em Conquista, isso passa de R\$ 600 milhões.

A Via Bahia, ela é uma vergonha. Essa empresa não pode continuar a administrar tão importantes rodovias que são a BR-116 e a BR-324, por onde passam cargas e pessoas do Brasil inteiro, vindo para o nosso estado.

Então, eles, inclusive, alegam que sofrem prejuízo desde, Vitor, que eles estão aqui. Em Conquista, Zé Raimundo, meu deputado e amigo que estava comigo, lá, na audiência, na nossa Vitória da Conquista, eles alegam que, no ano passado, tiveram um prejuízo de R\$140 milhões, Felipe.

Agora, vejam, você é um empresário e diz que essa empresa toma prejuízo ano após ano, e contrata uma das maiores bancas de advogados do Brasil para lhe defender, para manter o contrato com o governo federal, para roubar o povo baiano.

A Bahia não aguenta mais essa empresa tirando o nosso dinheiro! A Via Bahia, Sr. Presidente Adolfo, tem cerca de 360 funcionários. No seu contrato, iria duplicar a rodovia desde o primeiro ano. Só fez, ali, de Feira a Paraguaçu, o que dá 60 a 70 quilômetros e nada mais! Nem buraco ela tampa mais, porque a rodovia está intransitável. Falo isso como cidadão, como figura que roda esse estado, para lá e para cá, o tempo todo. Não dá para ter uma rodovia sucateada que teria de ter a sua duplicação feita, e não é feita.

Então, a audiência, hoje, foi boa. Mas escutamos só mentiras dessa empresa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Mais uma vez, eu já estou, há 13 anos, deputado. Eu só vi elas mentirem para o nosso povo.

Eu até solicitei, na audiência, uma reunião conjunta das Comissões de Infraestrutura e Defesa do Consumidor – faço parte dessa última – para conversar com a ANTT e o ministro Renan Filho.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Diego Castro.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, gostaria de cumprimentar todos, a imprensa desta Casa, os nobres colegas, as galerias.

Presidente, antes, gostaria de agradecer ao colega Pablo Roberto, que cedeu o tempo, e a V. Ex.^a, pela gentileza, já que tinha passado a minha vez.

Hoje, venho tocar em um assunto que é uma triste realidade no nosso estado, mas, como sempre, o governo tapa os olhos, que é a nossa malha rodoviária.

A Bahia, senhoras e senhores, tem os piores trechos de rodovias estaduais do Brasil. Não sou eu que estou dizendo, não. O estudo, aqui, mostra as cinco piores estradas do país. Duas delas estão na Bahia. Eu posso destacar, inclusive, a pior estrada do Brasil! Tem cada buraqueira que, se botar fotografias de crateras da Lua, com certeza, não serão maiores do que as do no nosso estado.

Eu destaco o trecho da BA-062, pois essa precisa ter uma atenção especial. A outra é a BA-030, que liga Natividade... Perdão! A outra estrada encontra-se em Ibotirama. Há as BA-160 e BA-460, entre Natividade e Barreiras.

Sem dúvida, presidente, claro, para quem olha, quem trafega e quem precisa desse trecho, inclusive, para o escoamento da mercadoria, que é um ponto de integração no nosso país, sobretudo, lá, na região Oeste da Bahia, fica à mercê. Isso prejudica, consequentemente, não só a economia; visando ao agronegócio por ser o maior contribuinte das contas públicas em nosso estado.

Também, há a questão da segurança, porque quem me disser que uma estrada daquela, esburacada, com aqueles trechos que nós temos naquelas regiões, que já contam com o descaso típico da insegurança, sem policiamento adequado, não prejudica, infelizmente, eu tenho de dizer que está tapando os olhos para a realidade.

Então, como proposta, sugeri mais uma indicação ao governo do estado que visa à criação de um plano de desenvolvimento para a integração dos modais, não só rodoviários, que comportam a grande malha, eu digo, de mobilidade no nosso estado, mas também o ferroviário – a Fiol não se sabe para onde vai – e o hidroviário, visto que temos um dos maiores potenciais náuticos do Brasil. Infelizmente, está, aí, padecendo, sendo sucateado por conta das desfaçatez, burocracia e ineficácia, típicas do governo do PT.

Há outra questão, presidente. Queria me associar ao projeto do colega Leandro de Jesus. Na verdade, trata-se da CPI para investigar as invasões de terra no nosso estado. Quem invade propriedade, para tomar à força o que é dos outros, é terrorista, é criminoso. Eu não posso chamar isso de luta social. Essa historinha de que porque é de 300, 400, 500 anos atrás, eu acho que o meu parente ocupou aquela terra, eu tenho que tomar ela do seu verdadeiro possuidor, legítimo de direito.

Então, o colega Leandro de Jesus é meu amigo de partido. Associo-me a V. Ex.^a. Conte com a minha assinatura para esta CPI. Convido, também, a bancada da esquerda para fazer o mesmo. Já que se quer esclarecer a verdade, vamos botar isso às claras, porque, para quem não deve, a verdade não dói e não preocupa.

Então, colegas do PT, companheiros dos PT, PCdoB, PSB, e Psol, do colega Hilton, que não está aqui, vamos assinar a CPI em busca da verdade e da punição dos verdadeiros detratores e criminosos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Manuel Rocha.

O Sr. MANUEL ROCHA: Presidente Adolfo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, na semana passada, estava ouvindo o programa *Bahia no Ar*, um dos programas de maior audiência na cidade de Camaçari, comandado pelo radialista Roque Santos. Ele relatava mais um acidente ocorrido na Via Parafuso. A Via Parafuso é administrada pela concessionária Bahia Norte.

Infelizmente, essa rodovia, Via Parafuso, tem sido palco de diversos acidentes, muitos deles, fatais, e ocorrem quase semanalmente. Eu venho cobrar, mais uma vez, já que esta cobrança já foi feita pela população, já foi feita pela Câmara de Vereadores, através de quase dez indicações. A última foi feita pelo vereador Dilson Magalhães, para a construção de uma passarela na Via Parafuso, que liga o bairro do Jardim Limoeiro à região do shopping Boulevard.

Então, é de extrema importância que esta concessionária tome as providências, porque vítimas, muitas delas, fatais, como eu falei agora, há pouco, estão acontecendo quase semanalmente. Não dá mais para esperar que ocorra mais uma morte para a concessionária Bahia Norte tomar uma posição. Estamos atentos, vigilantes. Vamos cobrar da concessionária. Se for o caso, convocar os seus diretores para virem à Assembleia Legislativa, a fim de prestarem explicações.

O pedágio é R\$ 5,30 por carro de passeio. Então, o faturamento é de milhões de reais por mês. E a concessionária Bahia Norte tem de tomar uma posição, fazer investimento, pois esse investimento vai salvar vidas.

Esta era a cobrança que eu tinha de fazer.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Robinho, com a palavra.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, amigos, amigas, meu presidente Adolfo.

Eu tenho sentido falta daqueles discursos acalorados, aqueles discursos animados, dos companheiros desta Casa. Eu sinto a falta dos colegas, dos colegas da esquerda que, há poucos dias, xingavam e criticavam o governo anterior, o governo Bolsonaro, pela economia, pela inflação, pelos “apalavreados”, pelas palavras que diziam.

Hoje, eu estou vendo assim... Parece que os companheiros estão com a boca amarga, um discurso apático. Cadê aquele acaloramento do discurso da esquerda? Eu queria saber. Eu queria entender o que está acontecendo com a ala esquerda.

Ontem, por exemplo, foi o aniversário do nosso governador. Eu não vi um discurso de parabéns para o governador. O que será que está acontecendo? O governador da Bahia não recebeu um discurso, um parabéns! O que é que está acontecendo? Eu fiquei, assim, sem saber. Eu estou sem saber o que está acontecendo com a ala esquerda ou com o governo, com os governantes, com a base aliada do governo da Bahia.

Eu tenho ouvido vários discursos. Eu fiz vários discursos sobre a questão do Abril Vermelho. Aí, eu me lembro dos discursos da esquerda, criticando o presidente Bolsonaro pela sua fala, pela forma de falar. Eu vou repetir, quando o presidente se referiu aos invasores, ele falou que “use a marreta para combater os invasores”. Quando ele fala para o seu companheiro, o seu líder do MST, José Paulo Rodrigues: “Você, José Paulo Rodrigues, você é um cara que ficou 4 anos igual um gatinho, que mal e mal miava. Agora, quer criar a baderna no meu governo?”

Vejam o discurso do presidente! Ele, ao se referir aos prefeitos das cidades pequenas, disse que os prefeitos iam a Brasília para ficar, lá, andando, perambulando por Brasília, pois não sabiam fazer um projeto. Isso é discurso de um presidente? Prefeito não tem de saber como fazer projeto. Prefeito tem de saber quais as prioridades da sua cidade, contratar um bom técnico para fazer os projetos.

Agora, um presidente da República se refere aos prefeitos que ficam perambulando por Brasília? Sim! Brasília é o lugar dos prefeitos estarem com pires na mão, batendo, ali, na porta do gabinete de um deputado federal, sonhando que as emendas do Orçamento secreto, que era RP9, agora, virou RP2, RP6. Os prefeitos ficam sonhando. A minha esposa é prefeita. Ela está sonhando, lá, com as emendas para ajudar na administração da sua cidade, da nossa cidade Nova Viçosa.

Então, eu estou sentindo saudades, Rosemberg, daqueles discursos de vocês, aqui. Parece que o presidente Lula está deixando vocês apáticos, com os 90 dias de governo. Isso é uma vergonha! A inflação começa a crescer. Já é público e notório o crescimento do desemprego no Brasil. É uma balbúrdia!

O nosso ministro daqui se elevou ao nome de “imperador” e “disparada”. Aqui, ele era “correria”; lá, virou “disparada”.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O ministro da Economia já recebeu o nome de “Taxad”, só fala em criar imposto, aumentar as taxas. Ele levou o nome de “Taxad”.

Eu não sei se o nosso ex-governador, no andar que vai, chega ao final do ano, porque já tem uma briga interna muito grande.

Torço pelo Brasil. Infelizmente, torço por este governo. Agora, do jeito que vai, não vai a lugar nenhum.

Um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o líder Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, meu querido deputado Robinho, servidoras, servidores, imprensa, eu vou pedir algo ao meu governador Jerônimo Rodrigues, que fez aniversário ontem, Robinho. Ontem, falei com ele na China. Ele está numa felicidade imensa. Ainda hoje, está discutindo, com os chineses, os investimentos para que a gente possa, de fato, resolver a Ponte Salvador-Itaparica.

Mas eu vou pedir ao meu querido André, secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, para resolver o problema da internet, lá, em nossa querida Nova Viçosa. Vi o discurso de V. Ex.^a, deputado Robinho. Eu tenho convicção. O senhor está com as informações do ano passado. Como deve ter tido algum problema na internet para que você possa se comunicar com essa nova realidade, nós vamos trabalhar com o André Joazeiro para resolver o problema da internet, para trazer V. Ex.^a para a atualidade.

Quanto à geração de desemprego... O desamor da sociedade era com o presidente anterior. Este presidente assumiu o cargo há 3 meses, já retomou o Programa Minha Casa Minha Vida, já resolveu a entrega de diversas unidades habitacionais que estavam paradas durante todo o tempo do governo Bolsonaro, que nada fez para atender os programas sociais.

Mas, Sr. Presidente, venho dizer sobre uma conversa que nós tivemos, deputado Marquinho Viana, com relação, Marquinho, à PEC que o deputado Marquinho Viana apresentou, com relação as emendas.

E, aí, deputado Marquinho, na conversa que nós tivemos com os líderes da bancada de governo e na conversa que também tive com o líder da bancada de oposição, deputado Alan Sanches, há unidade em torno dos deputados no sentido de trabalharmos, sim, a aprovação dessa PEC, que está tramitando na Casa. Tem uma reunião já marcada com o presidente. É natural como isso tem uma repercussão de Orçamento para a gente discutir com uma área de orçamento na próxima segunda-feira. Quem sabe, na próxima terça-feira, a gente esteja votando aqui essa PEC que tramita na Casa e que é de interesse de todos os deputados e deputadas.

A Assembleia da Bahia é a assembleia que tem a menor repercussão de todas as outras assembleias, no que diz respeito ao segmento desses investimentos para os deputados e as deputadas. Por isso, deputado Manuel Rocha, nós – que visitamos a

cidade de Macarani essa semana, no seu aniversário – debatemos sobre esse tema e é um trabalho que a gente está desenvolvendo aqui.

Porque é melhor que a gente deixe essas coisas extremamente públicas, para não parecer que a gente está fazendo às escondidas e tal. São públicas porque a gente entende que nós, que este estado da Bahia não pode ficar diferenciado dos demais estados da União, pela importância que tem o estado e pela importância dos deputados e deputadas desta Casa Legislativa.

Por último, dizer, deputado Alan, que nós tínhamos combinado a votação de alguns projetos de deputados e deputadas e, em função, obviamente, de ainda haver poucos projetos de iniciativa dos deputados que passaram pela Comissão de Constituição e Justiça, nós vamos fazer uma força-tarefa para que os projetos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de deputados sejam apreciados na Comissão de Constituição e Justiça. Isso para que a gente possa trazer e votar um número significativo de projetos de interesse dos baianos e das baianas na próxima sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o líder Alan, deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados e deputadas, eu queria parabenizar a prefeitura de Santo Antônio de Jesus, a gestão do prefeito Genival Deolino. Hoje, num restaurante, num espaço aqui na Boca do Rio, nós já tivemos o lançamento do São João e da grade do São João de Santo Antônio Jesus.

Santo Antônio de Jesus inova quando, ao invés de lançar a sua grade, os trabalhos que teremos lá para a população da Bahia, em Santo Antônio de Jesus, nós saímos pela primeira vez e apresentamos toda essa grade, todo o trabalho, os camarotes que vão trabalhar em Santo Antônio de Jesus, nós os lançamos aqui, em Salvador. Em busca de quê? Em busca de que nós, que, no ano passado, fomos o terceiro São João escolhido pelos baianos, possamos passar a ser o primeiro.

Santo Antônio de Jesus é uma cidade cosmopolitana de 110 mil habitantes. Mas, mesmo sendo uma cidade grande e representativa para a região, consegue conservar o calor do interior, as bandeirolas, as casinhas de barro, um São João típico, porém com grandes atrações nacionais, estaduais e locais. Então, faço aqui o convite para que V. Ex.^{as} e a população que nos assiste possam acompanhar o São João da querida cidade de Santo Antônio Jesus.

Falando isso, presidente, eu queria aproveitar o líder do Governo, porque nós estivemos com os representantes dos professores indígenas, que chegam a ser 95, 96 professores no quantitativo envolvido nesse tipo de trabalho. A educação indígena

chega a ter cerca de 600 trabalhadores. E a gente tinha acordado aqui, Sr. Presidente, V. Ex.^a pode recordar, que iríamos votar. Inclusive, eles estiveram aqui neste Plenário.

É um prejuízo incalculável para essas famílias. Talvez não seja um prejuízo para o governo, mas é um prejuízo incalculável para cada uma dessas pessoas que não estão sendo ouvidas. Essas pessoas que trabalharam nesse projeto e de repente pediram a nossa liberação, nós ouvimos os representantes, o deputado Hilton Coelho fez essa intermediação, inclusive, e o que acontece? Tiraram o projeto. Tiraram o projeto, vamos completar 3 semanas e o projeto não volta aqui. Aí, eu pergunto: como é que a gente fica com essas pessoas? Não tem uma resposta, o governo não sinaliza nada. E como é que ficam essas pessoas que precisam? Gente, nós estamos falando do salário dessas pessoas que têm o direito apenas de que seja votado pelo governo. Por que esse projeto foi retirado? Depois de tanto tempo tramitando na Casa, quando a gente faz todas as dispensas de formalidade, o projeto é retirado.

Bem, falando isso, eu espero, Sr. Presidente, que V. Ex.^a faça essa cobrança para que a gente possa trazer a solução para esses professores indígenas que vocês imaginam o trabalho que têm e não estão sendo reconhecidos pelo Governo do Estado da Bahia.

Também, Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que o governador Jerônimo Rodrigues, quando iniciou aqui, em três oportunidades que eu tive de conversar com ele, todas as vezes ele sinalizou que gostaria, sim, de...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fazer o pagamento, que iria fazer o pagamento das emendas impositivas, uma coisa legítima, uma lei aprovada nesta Casa. Por simples birra do ex-governador Rui Costa, ele não pagava. Por que eu falo birra? Porque a questão com o ex-governador Rui Costa não era orçamentária. Se não me falha a memória, chegamos aqui a R\$ 1,3 milhão, a R\$ 1,5 milhão. Se vocês colocarem o tamanho...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do estado da Bahia, V. Ex.^{as} vão ver que essa é uma quantia irrisória. Mas ele fazia o pagamento das emendas impositivas dos deputados do Governo – muito mais, inclusive – mas os deputados da Oposição sempre foram perseguidos naquele momento. Então, pelo que chega aos meus ouvidos, o que os deputados aliados do governo têm trazido de informação sobre o governador Jerônimo é que ele é diferente. Ele é cumpridor da lei, ele deseja, sim, dar essa representatividade legal e legítima aos deputados, fazendo o cumprimento das emendas impositivas.

Para finalizar, Sr. Presidente, nós estivemos aqui e houve um acordo com V. Ex.^a, no final do ano, um acordo com o deputado Marquinho Viana, de que nós não votaríamos naquele momento. O governador Jerônimo queria que votássemos essa PEC, essa Proposta de Emenda à Constituição, no governo dele – V. Ex.^a deve estar lembrado disso – foi em dezembro que nós conversamos. E nós já esperamos, estamos

no 4º mês da gestão, se completarão 100 dias, e como o próprio nobre deputado Rosemberg já falou, já há essa sinalização. Agora, nós, deputado Rosemberg – eu acho que é a expectativa dos 63 deputados –, não queremos apenas essa assinatura, nós queremos ser respeitados pelo governo do estado. Quando eu falo nós, não são os 20 deputados da Oposição, mas é toda essa população da Bahia que se sente representada por esses 20 deputados da Oposição.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, primeiro, eu queria manter a combinação que a gente tem aqui, de que todos os deputados inscritos possam usar dos 5 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Alan é contra, deputado Rosemberg. O líder já se manifestou.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, deputado Rosemberg, acho legítimo isso para permitir que todos possam usar a palavra e nós temos feito aqui todos os ajustes necessários. Mas passou fevereiro, passou março, chegamos a abril e a bancada que eu represento – eu não posso falar só por mim – e inclusive o próprio deputado Arimateia me questionou que a gente só tinha Pequeno Expediente. Então, dessa forma, eu não me sinto confortável, Rosemberg, para fazer a ampliação do Pequeno Expediente e acho que a gente deve seguir o rito natural. Inclusive, eu acho que os deputados que estão no primeiro mandato ainda não tiveram nem o privilégio de usar os tempos partidários. Nunca entramos nos tempos partidários. E eu acho que, mesmo sendo correta a colocação de V. Ex.^a, quero que entenda a posição da bancada, que se colocou contra essa prorrogação do Pequeno Expediente.

Então, como V. Ex.^a, hoje, pela maior bancada, é detentor do Grande Expediente, dos seus 20 minutos, na próxima vez, será a nossa bancada, será o União Brasil.

O Sr. Robinho: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Presidente, para contribuir aqui, dentro da palavra do nosso líder Alan Sanches, eu quero relatar para todos os colegas – principalmente para os colegas que estão começando o seu mandato – que no último mandato meu, o mandato passado, eu tive 4 anos e não recebi uma emenda parlamentar do governador anterior. Entrei na Justiça, estive com o líder Rosemberg e fiz um compromisso de que eu não usaria aqui como palanque, mas 90 dias se passaram e eu não tive sequer uma atenção sobre o assunto.

Então, eu só quero pronunciar que eu entrei com uma ação judicial e o TJ, por unanimidade, decidiu que o estado pague minhas emendas. A decisão, inclusive, foi publicada. Eu não quero aqui me fazer de vítima, de coitado, que não me pagaram. Agora, é lei, foi votado nesta Casa, é um direito dos deputados receberem suas emendas impositivas. E o governador que, lá em Brasília, está sendo chamado de imperador, esse governador não pagou as minhas emendas. Por 4 anos seguidos, não pagou uma emenda. E há uma decisão, por unanimidade, para que o estado pague minhas emendas.

Isso é a título de informação, para que os colegas fiquem sabendo como o governador anterior se portou com este deputado.

Muito obrigado.

(O deputado Zé Raimundo Fontes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, nobre deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, se não tem acordo, eu vou usar os 25 minutos do Grande Expediente e, obviamente, eu vou... Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu entendi a colocação e a sugestão do deputado Rosemberg. Então, eu quero fazer um acordo aqui, na presença de todos, da seguinte forma: entramos em abril; segunda-feira, se o quórum não cair, o Grande Expediente é do PT, da federação, certo? Segunda-feira, a gente não vai mais usar esse artifício de prorrogar o Pequeno Expediente. Hoje, como V. Ex.^a me sugeriu, a gente suspende, transfere os 25 minutos desse Grande Expediente para a semana que vem, para segunda-feira. Já acabou o Pequeno Expediente, às 15h30min, e a gente vai dar continuidade, a gente faz os tempos partidários...

O Sr. Rosemberg Pinto: Vamos fazer na terça, porque segunda, normalmente...

O Sr. Alan Sanches: Terça-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Pelo entendido, então, seria a partir de segunda-feira...

O Sr. Rosemberg Pinto: A partir de terça...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) de terça-feira, seguiremos a ordem cronológica...

O Sr. Alan Sanches: Normal do Grande Expediente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) normal do Grande Expediente. Então, a Secretaria da Mesa vai fazer a listagem...

O Sr. Alan Sanches: A federação vai se programar para fazer...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conversa com a federação, aí vão os outros partidos no rodízio...

O Sr. Alan Sanches: Depois é o nosso, que é o União Brasil.

O Sr. Rosemberg Pinto: E a gente agora daria continuidade...

O Sr. Alan Sanches: (...) continuidade aos tempos partidários.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) aos tempos partidários.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Seguindo agora... Hoje seria o Pequeno Expediente normal?

O Sr. Rosemberg Pinto: Acabou. Seriam os tempos partidários.

O Sr. Alan Sanches: O Pequeno Expediente acabou.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não há problema. A gente divide...

O Sr. Robinho: Presidente...

O Sr. Alan Sanches: A gente pula o Grande Expediente e entra, agora, no Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tudo o.k.

O Sr. Robinho: Presidente, eu quero pedir verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a...

O Sr. Rosemberg Pinto: Nós fizemos um acordo aqui...

O Sr. Robinho: Eu quero pedir verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tudo o.k.

Como não há...

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, pois não.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu queria pedir uma ponderação ao deputado Robinho. Não é uma coisa apenas para os deputados da Base do Governo nem para os deputados da Base da Oposição. Eu iria usar o Grande Expediente e iria dividi-lo com os meus colegas aqui do Governo. Por conta de um acordo, eu tirei...

O Sr. Robinho: Presidente, só 1 minuto.

Presidente, eu moro a 980 quilômetros daqui. Eu viajo toda segunda para cá, para chegar aqui e não ter ninguém em Plenário.

Então, eu quero pedir verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem. Vejam aí as lideranças. Se acatando...

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente! Sr. Presidente...

O Sr. Robinho: É o Regimento Interno da Casa. Eu quero que faça verificação de quórum. É o Regimento Interno!

O Sr. Samuel Junior: Presidente, há um pedido de verificação de quórum do deputado Robinho e V. Ex.^a precisa acatar.

O acordo que o deputado Rosemberg fez vai utilizar o horário dele normal, mas há o pedido de verificação de quórum, então...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Exatamente.

O Sr. Samuel Junior: (...) ao senhor, que é regimentalista, cabe acatar o pedido dele.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Exatamente. Então, eu solicito...

O Sr. Samuel Junior: A não ser que o deputado Robinho retire a questão de ordem dele. Caso ele não retire, V. Ex.^a...

O Sr. Robinho: Olha, eu quero...

O Sr. Samuel Junior: (...) precisa acatar o pedido da questão de ordem.

O Sr. Robinho: Eu quero a verificação de quórum e não retiro o pedido de verificação de quórum.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu entendi o que o presidente quer. E eu queria aproveitar este momento e conclamar aqui para que o senhor marque, por gentileza, os 15 minutos regimentais, para atender à questão de ordem do deputado Robinho. Dizer que eu entendo a preocupação do deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tudo bem, deputado. Vamos marcar então os 15 minutos.

O Sr. Vitor Bonfim: Zere o painel, Sr. Presidente. Zere o painel e marque os 15 minutos, tempo necessário para a recomposição do quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Zere o painel e marque os 15 minutos para verificar a presença.

O Sr. Rosemberg Pinto: Nesses 15 minutos, o deputado, já... Ele vai pedir o aparte.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por favor, marquem os 15 minutos.

O Sr. Vitor Bonfim: Quinze minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É isso. Eu falei 15 minutos.

O Sr. Vitor Bonfim: É...

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Marquinho Viana (fora do microfone): Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Robinho (fora do microfone): Registre a presença, Marquinho.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, deputado.

(O deputado Marquinho Viana iniciou a fala da tribuna.)

O Sr. Marquinho Viana: Sr. Presidente, eu falarei por 5 minutos. Temos 15 minutos para marcarmos as nossas presenças.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna hoje para falar do município de Livramento e para falar sobre a PEC...

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): O deputado pediu questão de ordem.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, se é um pedido de questão de ordem...

O Sr. Marquinho Viana: Estou falando nos 15 minutos.

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Não, rapaz! Não!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não. Pode. Pode.

O Sr. Marquinho Viana: O tempo está correndo.

O Sr. Samuel Junior: A questão de ordem quem pediu foi o deputado Rosemberg.

O Sr. Marquinho Viana: Mas eu vou falar 5 minutos da questão de ordem dele.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Você pede questão de ordem lá. Você pede questão de ordem, não, você pede a palavra lá.

O Sr. Vitor Bonfim: Marquinho, marque a presença aí! marque a presença!

O Sr. Marquinho Viana: Eu pedi pela questão do tempo.

O Sr. Samuel Junior: Ah! Você estava falando.

O Sr. Marquinho Viana: Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vim a esta tribuna para agradecer ao povo de Livramento por ter me feito o deputado mais votado, com quase 10.500 votos ...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado, veja bem. A questão de ordem, não reiniciou a sessão...

O Sr. Rosemberg Pinto: Não. Eu queria o meu direito.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Na verdade, é uma fala...

O Sr. Marquinho Viana: Eu vou falar de uma PEC para discutirmos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) Mas é uma fala... V. Ex.^a, nesse caso, não pode usar a tribuna. Você fala fora do tempo regimental da sessão para ser rigoroso regimentalmente.

O Sr. Samuel Junior: O presidente é regimentalista.

O Sr. Rosemberg Pinto: Vá! Vá!

O Sr. Marquinho Viana: Está bom, nobre presidente. Obrigado pela concessão.

Eu queria só agradecer ao povo de Livramento de Nossa Senhora por ter me feito o deputado mais votado, com quase 10.500. Na sexta-feira, a câmara me concedeu um título de cidadão. Hoje, também sou o cidadão daquele município importante do Sudoeste do estado da Bahia.

Eu queria complementar o que Rosemberg falou aqui, nobre presidente, sobre a PEC, está tramitando uma PEC das emendas impositivas. Quero esclarecer que as emendas positivas não são emendas que o deputado vai gastar o dinheiro ou vai para a conta do deputado. Esse recurso vai ser destinado aos municípios ou entidades através de convênios, para investimento nos seus municípios.

Há um projeto de lei, Sr. Presidente, tramitando também de minha autoria, que está fazendo parte da emenda municipalista, que falou da...

A Sr. Olívia Santana: Um aparte, Marquinho!

O Sr. Marquinho Viana: (...) O nosso Marquinho falou da marcha em Brasília...

O Sr. Samuel Junior: Isso é uma questão de ordem, deputado Marquinho?

O Sr. Marquinho Viana: Deixe-me concluir.

(...) Então é o Projeto de Lei nº 23.426/2019, nobre Presidente, que beneficia os municípios, principalmente os que estão em situação de inadimplência. Em Brasília, tem um decreto presidencial que permite aos municípios assinarem convênio na área de educação, saúde e ação social, as áreas prioritárias. E, aqui, na Bahia nós não temos isso. Então, eu queria com esse projeto de lei, os municípios que estão em situação de emergência comprovada, que também estejam inadimplentes com o INSS ou o FGTS pudessem assinar convênios ...

A Sr.^a Olívia Santana: Questão de ordem, presidente.

O Sr. Marquinho Viana: (...) nessas áreas prioritárias, que são a assistência social, a saúde e a educação. Isso irá ajudar muito os municípios, principalmente os pequenos municípios, que não estão podendo pagar o INSS e o FGTS.

Então, Sr. Presidente, eu queria que, dentro dessas reuniões em que serão votados os projetos dos deputados, fosse incluída também a votação desse projeto de lei que está tramitando.

Obrigado pela tolerância e obrigado ao nosso líder da Igreja Assembleia de Deus, que é muito rezador.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Robinson.

A Sr.^a Olívia Santana: Presidente, eu pedi uma questão de ordem aqui também.

O Sr. Robinson Almeida: Sr.^{as} e Srs. Deputados, encaminhando aqui a questão de ordem, eu quero dar ciência a esta Casa que apresentei um projeto de lei para defender a democracia brasileira, democracia que foi aviltada, ameaçada no último dia 8 de janeiro, quando vândalos de todas as partes do país, financiados por políticos e por empresários inescrupulosos, se colocaram para derrubar as instituições brasileiras. Depredaram o Congresso Nacional, atacaram o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal. Um absurdo! E o 8 de janeiro ficou intitulado, deputado Samuel, como o “Dia da Vergonha Nacional”, o dia em que vândalos baderneiros foram a Brasília quebrar o patrimônio público e destruir a democracia.

Por isso, eu fiz um projeto de lei para que o governo do estado não conceda, em hipótese alguma, benefício fiscal ou financeiro a empresas cujo quadro societário seja composto por pessoas que foram condenadas pelos atos praticados no dia 8 de janeiro. Porque essas pessoas têm de ser responsabilizadas, têm de ser condenadas e têm de ser proibidas de utilizar recursos públicos, porque eles são contrários à democracia e à instituição do Estado democrático de direito.

Por isso que apresentei esse projeto de lei, Sr. Presidente, e espero que todos os deputados que estejam na Casa venham para cá para a gente garantir o quórum. Eu peço o apoio dos deputados, inclusive do deputado Samuel Junior, para apoiar esse projeto, porque ele é um democrata, não concorda com invasão de assembleias, não concorda com invasão de terras, não concorda com a invasão do Congresso Nacional e deve subscrever esse projeto junto conosco.

O Sr. Tiago Correia: Presidente, questão de ordem, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Tiago Correia.

A Sr.^a Olívia Santana: Presidente! Presidente, eu já havia solicitado, já estava acertado com o deputado Rosemberg que eu falaria imediatamente após Robinson.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para fazer justiça acerca de uma informação que foi trazida a esta Casa. Talvez por falta de conhecimento, dados errados a respeito do município de Itamaraju foram informados nesta Assembleia, e prontamente o prefeito Dr. Marcelo Angênica, que já está no seu segundo mandato, me encaminhou o relatório, pedindo que eu trouxesse a esta Casa informações acerca, principalmente, da saúde, que foi o item mencionado nesta Casa.

Ele fez questão de apresentar fatos que provam o quanto a saúde de Itamaraju avançou. Somente na sua gestão foram adquiridas nove ambulâncias novas; foram criadas três unidades de atenção básica; houve a construção de três novos postos de

saúde, com distribuição gratuita de medicamentos; uma maternidade foi montada, oferecendo, em 2022, mais de 1.200 partos, deputado Robinho, atendendo a toda região, você que é do Extremo Sul, conhece bem; teve a implantação do serviço de pediatria, pelo qual foram realizadas praticamente mais de 500 cirurgias eletivas em 2022.

E, falando em cirurgias, o hospital de Itamaraju, que é uma referência, deputado Robinho, V. Ex.^a sabe, realizou, apenas em 2022, 415 cirurgias gerais, 308 cirurgias ginecológicas e obstétricas, 170 cirurgias ortopédicas, 76 cirurgias vasculares, 115 cirurgias urológicas e 7 cirurgias “bucomaxilares”, sem falar dos partos, já que, como o deputado Robinho, novamente... Eu o cito porque ele conhece bem a região e sabe que o município atende a todos os municípios da circunvizinhança. Foram 1.140 partos normais realizados no hospital de Itamaraju e 434 cesáreas.

Então, isso mostra o avanço de um município que vem investindo na saúde e que proporcionou à população mais de 68,7 mil atendimentos no ano 2022, uma média de mais de 5,7 mil atendimentos por mês e 5 mil internamentos apenas no ano passado.

E aí eu vou além para não falar e ficar preso apenas à saúde, Sr. Presidente...

A Sr.^a Olívia Santana: Presidente!

O Sr. Tiago Correia: (...) Na infraestrutura, o prefeito fez o calçamento de mais de 180 ruas com emendas federais e recursos próprios, a construção de 49 bueiros, a aquisição de retroescavadeiras, de motoniveladoras...

A Sr.^a Olívia Santana: Presidente, minha questão de ordem, presidente.

O Sr. Tiago Correia: (...) a entrega de diversas praças, a entrega da entrada norte, paralela à BR-101, enfim, Sr. Presidente, vários avanços. E eu venho aqui transmitir todos esses investimentos que foram feitos pela Prefeitura de Itamaraju e trazer um convite do prefeito para que qualquer deputado desta Casa que queira conhecer o município e ter noção dos avanços possam nos acompanhar.

Então, só tenho aqui a agradecer ao prefeito Marcelo Angêlica, ao seu vice-prefeito e a toda sua equipe, que, com mãos de ferro, muita disciplina e liderança do prefeito, vem fazendo uma gestão de mudança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deputada Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: Eu vou falar aqui rapidamente, estou me sentindo prejudicada porque tinha acertado com o líder Rosemberg para fazer a minha fala e eu preciso garantir que as mulheres também possam falar, presidente. Não é possível que só os homens possam se pronunciar, e a gente fique aqui....

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu sei, querida, mas eu sigo a lista! Eu sigo a lista, Olívia.

A Sr.^a Olívia Santana: (...) tendo que brigar para ter 2 minutos de fala.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu sei, querida, eu sigo a lista, eu não posso pular a lista, Olívia.

A Sr.^a Olívia Santana: Sr. Presidente, eu não quero discutir, por favor, respeite aqui a minha questão de ordem, presidente.

Eu me inscrevi porque eu acho que, de fato, presidente, esta Casa precisa debater a política de acesso à terra na Bahia e no Brasil, é absurdo que, ainda hoje,

parlamentares subam à tribuna e façam ataques ao movimento dos sem-terra. Quero lembrar que o Brasil é um dos poucos grandes países do mundo que não fizeram a reforma agrária.

A Inglaterra fez reforma agrária, os Estados Unidos fizeram reforma agrária, a França fez reforma agrária, e o Brasil, desde 1850, com a Lei da Terra, estabeleceu a consagração do latifúndio. O movimento sem-terra não pode ser tratado como caso de polícia, tem de ser tratado como uma necessidade da democracia. Não será possível a democracia se realizar neste país sem a divisão das terras, sem a demarcação das terras indígenas, sem o reconhecimento e a titulação das terras quilombolas.

Neste país, pretos, índios e pobres não têm acesso à terra, um bando de grileiros descendentes de colonizadores se apropriaram – um país de dimensão continental –, se apropriaram da terra, se colocaram como donos da terra. Apenas 1% dos grandes conglomerados da agricultura conseguem concentrar... consegue – no singular – concentrar 47% das propriedades de terras deste país, das faixas de terras deste país. Portanto, há uma discussão aqui, nesta Casa, deformada, e ela precisa ser reposicionada porque, se a gente quer falar de democracia, tem que democratizar o acesso à terra, tirar o povo da rua, dar espaço para as pessoas morarem e trabalharem dignamente.

Então, é sobre isso, presidente, que eu gostaria de me pronunciar aqui. Também quero agradecer aos membros da comissão de Educação, que, na manhã de hoje, realizaram um grande debate nesta Casa sobre a Lei nº 13.415/2017, a Lei do Novo Ensino Médio, que precisa ser revogada.

Eu quero parabenizar todos os parlamentares, a APLB Sindicato, os movimentos estudantis que vieram fazer esse debate, porque a gente quer uma escola sob os princípios estabelecidos por Anísio Teixeira, pelos grandes pensadores e pensadoras da educação. Uma escola que forme para a emancipação do nosso povo, para garantir acesso às universidades e não uma escola que precarize a educação dos filhos e filhas da classe trabalhadora sem dar nenhum horizonte, nenhuma perspectiva.

O novo ensino médio é um engodo, é um lixo do bolsonarismo e do Temer, do governo Temer, que precisa ser re-vo-gado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Leandro de Jesus pelo tempo restante de...

O Sr. Robinho: Um aparte, presidente, eu queria mais 10 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não cabe... não cabe aparte...

O Sr. Robinho: (...) para ver se dá verificação de quórum... Questão de ordem, questão de ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) Estou seguindo o tempo aqui...

O Sr. Robinho: Pois é, mais 10 minutos para ver se dá a presença.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O tempo de 15 minutos é o necessário para a presença, faltam ainda 1 minuto e 32 segundos para terminar o tempo.

Com a palavra, por favor, o deputado Leandro.

O Sr. Robinho: Passa para Leandro, então.

O Sr. Leandro de Jesus: Eu quero ressaltar aqui, mais uma vez, dentro desta Casa, a hipocrisia da esquerda, dos deputados que me precederam. Mentirosos, enganadores! A começar pela questão que envolve o 8 de janeiro. Porque eles estão aqui questionando, chamando, tentando atrelar aqueles atos ao bolsonarismo, inclusive, de maneira desrespeitosa, xingando o presidente Bolsonaro, xingando a direita.

E por que o atual presidente, o ex-presidiário Lula, o maior corrupto da história deste país, está intervindo e agindo para que a CPI que visa investigar os atos do dia 8 de janeiro... por que o Lula está investindo pesado? Oh, gente! (O orador gesticula com os dedos para indicar dinheiro.) Por que está investindo pesado para que essa CPI do 8 de janeiro não saia? Queremos respostas! Agora os deputados de esquerda, aqui, se levantam, se levantam de maneira, inclusive, mal-educada, e vão embora. É isso que a gente tem de questionar aqui.

Com relação às terras, que também foi questionada aqui por uma deputada de esquerda, o governo Bolsonaro foi aquele que mais entregou títulos de terra. Então, é a hipocrisia e é a cara de pau que nós vamos seguir daqui questionando e defendendo a verdade.

Viva Jair Messias Bolsonaro! Viva a direita na Bahia e no Brasil!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo): Não havendo quórum suficiente, a sessão está encerrada.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Binho Galinha, Fabíola Mansur, Hilton Coelho, Júnior Muniz, Kátia Oliveira (Justificada), Matheus Ferreira, Patrick Lopes, Sandro Régis, Soane Galvão, e Zó. (10)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.